

# OS RISCOS DA “CORAGEM DA VERDADE” NA DEFESA DA FLORESTA NA AMAZÔNIA

Flávia Marinho Lisboa<sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo busca pontuar possíveis ecos das reflexões foucaultianas sobre a “coragem da verdade”, 40 anos depois da aula proferida pelo filósofo, em 22 de Fevereiro de 1984, a partir da análise genealógica em torno das resistências em contexto de defesa da natureza na Amazônia. Buscamos na forma de ler as insurgências em torno da defesa da natureza a coragem do enfrentamento aos grandes projetos que colocam em risco o bioma amazônico. Para isso, ao longo dessa reflexão, pontuamos como a ideia “coragem da verdade” nos ajuda a incidir nas formas de abordar a atualidade, jogando luz sobre as relações de conflito do presente em torno das urgências climáticas tão debatidas no cenário global. Assim, neste trabalho temos o intuito principal de mostrar regularidades tanto do poder hegemônico no sentido de garantir uma ordem de uso e relação com o território amazônico quanto as insurgências de sujeitos frente a esses ordenamentos predatórios, considerando como exemplo simbólico o caso de José Cláudio Ribeiro e Maria do Espírito Santo na defesa de um território em moldes agroextrativistas no interior do Pará, na Amazônia Oriental

**Palavras-Chave:** COP30, Ambientalistas, direitos humanos, racismo ambiental, Amazônia;

## THE RISKS OF THE “COURAGE OF TRUTH” IN THE DEFENSE OF THE ENVIRONMENT IN THE AMAZON

**Abstract:** This article seeks to highlight possible echoes of Foucaultian reflections on the “courage of truth,” 40 years after the lecture given by the philosopher on February 22, 1984, through a genealogical analysis of resistances in the context of nature defense in the Amazon. We aim, in the way we interpret the insurgencies surrounding the defense of the nature, to find the courage to confront the large-scale projects that threaten the Amazon biome. To this end, throughout this reflection, we emphasize how the idea of the “courage of truth” helps us address contemporary issues, shedding light on present conflicts surrounding the climate emergencies so widely debated on the global stage. Thus, in this work, our primary aim is to show the regularities of both hegemonic power, in its effort to ensure an order of use and relationship with the Amazon territory, and the insurgencies of individuals opposing these predatory orders, considering as a symbolic example the case of José Cláudio Ribeiro and Maria do Espírito Santo in their defense of an agroextractivist-based territory in the interior of Pará, in the Eastern Amazon.

**Keywords:** COP30, Environmentalists, Human rights, Environmental racism, Amazonia.

1 Doutora em Estudos Linguísticos (UFPA). E-mail: [flaviamlisboa@unifesspa.edu.br](mailto:flaviamlisboa@unifesspa.edu.br). Docente da Faculdade de Educação do Campo da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA). Este artigo é resultado de uma fala proferida no dia 22 de fevereiro de 2024, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hxybQ4K8jEM>.

## Introdução

40 anos depois da aula proferida pelo filósofo Michel Foucault em 22 de Fevereiro de 1984, do interior da Amazônia, buscamos neste texto pontuar possíveis ecos de suas reflexões sobre a “coragem da verdade” na forma de ler insurgências em torno da defesa da biodiversidade amazônica frente aos grandes projetos que colocam em risco o bioma amazônico. Ou seja, trata-se de uma leitura acerca da “coragem da verdade” a partir de problematizações que têm atravessado as vozes e vidas amazônicas, sustentadas em vivências e saberes que não apenas não necessitam de uma teoria acadêmica para legitimarem a grandeza que as constitui, como ainda prestam enorme favor ao fortalecer tais teorias, como se evidencia neste trabalho. Para isso, ao longo dessa reflexão, pontuamos como a ideia “coragem da verdade” coaduna com um conjunto de fazeres analítico-metodológicos numa perspectiva genealógica, nos termos foucaultianos, e suas possibilidades de incidir nas formas de abordar a atualidade, jogando luz sobre as relações de conflito no presente em torno das urgências climáticas tão debatidas no cenário global.

Sobre a “genealogia”, mencionada ao longo deste trabalho, é importante dizer que o termo foucaultiano se refere ao embate entre saberes globalizantes e saberes locais, percepção essa que vai atravessar as elaborações dos estudos decoloniais. Nos termos de Foucault (2010, p. 11): “a genealogia é a tática que, a partir da discursividade local assim descrita, ativa os saberes libertos da sujeição”. Logo, a análise genealógica trata de considerar os enunciados no embate entre os efeitos de poder e controle para estabelecimento de verdades hegemônicas na sociedade (como a normalização de um modelo predatório de exploração da floresta) e os processos de resistências dos sujeitos fundamentados em saberes “outros”, como o modelo agroextrativista defendido por Maria e José Claudio.

A partir de uma abordagem discursiva, utilizamos aqui os estudos de Foucault como ferramenta que nos impulsiona à crítica sobre o que somos nós hoje a partir da análise da história. Os cursos proferidos pelo filósofo seguiam esse curso de remexer a história para incidir no olhar sobre as relações de poder no tempo presente por meio de ferramentas teórico-metodológicas plurais, de forma que diversas áreas do conhecimento sentem Foucault tão próximo/útil para suas reflexões específicas, como nós da linguagem o temos como uma referência para pensar o discurso, por exemplo.

A escrita desse artigo parte de palestra proferida por mim em seminário virtual<sup>2</sup> promovido pelo professor Milton Milanez (Labedisco/Unesp) com o objetivo de marcar os 40 anos de “A coragem da verdade”, último curso ministrado por Foucault, no Collège de France, em 1984. Ao ser convidada para falar no seminário sobre a aula de Foucault de 22 de fevereiro de 1984 sobre “A coragem da verdade”, senti-me interpelada a pensar a partir do lugar de onde falo, que é a Amazônia, e sobre a coragem dos/as sujeitos/as que defendem a natureza nesse espaço, especificamente no sudeste do Pará, região onde vivo há 22 anos. A luta e resistência aos projetos de poder hegemônico e de “exploração da natureza” (vista como recurso a ser extraído pelos grandes projetos agropecuários, hídricos e minerários) significa nos diferentes territórios nessa região a luta pela vida de pessoas e do bioma amazônica de forma imbricada com os projetos de sociedade que defendem para a Amazônia, projetos esses não globalizantes, onde a biodiversidade e diferentes formas de se relacionar com ela possa ser possível.

Dessa forma é que neste trabalho temos o intuito principal de mostrar regularidades tanto do poder hegemônico no sentido de garantir uma ordem de uso e relação com o

2 O seminário está disponível no canal do Youtube do professor Milton Milanez: <https://www.youtube.com/@niltonmilanez>.

território amazônico quanto as insurgências de sujeitos frente a esses ordenamentos predatórios, na defesa de um território em moldes agroextrativistas no interior do Pará, na Amazônia Oriental. Nesse sentido, tomaremos um curto vídeo onde Maria reflete sobre esse conflito ao narrar momentos de embates diretos com homens do poder que adentram o Praia Alta-Piranheira para extrair madeira de forma ilegal. Maria e Zé Claudio viviam no Projeto de Assentamento Agroextrativista Praia Alta-Piranheira, no município de Nova Ipixuna, no sudeste paraense.

Na abordagem assumida aqui, poder e discurso são questões imbricadas e nos auxiliam a problematizar não apenas a construção histórica de verdades coloniais, excludentes e predatórias no repertório constitutivo dos dispositivos de poder, mas também de como as resistências sustentam outras vontades de verdade que rompem as tessituras dessa história que se quer única, homogênea para, assim, incidir de forma normalizadora na política econômica, na relação com a natureza, nos valores epistêmico-filosóficos, nas subjetividades dos sujeitos.

## A coragem da verdade no diálogo parresiático

A obra “A coragem da verdade” é composta pelas aulas que Foucault proferiu no Collège de France, em 1984. Neste artigo nos debruçamos sobre a forma como “a coragem da verdade” é abordada na aula de 22 de fevereiro do referido ano para, posteriormente, lançarmos ao tempo presente as compreensões que essa aula nos permite amadurecer nas imbricações locais na luta de proteção da floresta.

Na aula de 22 de fevereiro Foucault apresenta a “coragem da verdade” a partir da figura de Sócrates, na centralidade dada à forma como o filósofo grego foi envolvido em um jogo do dizer à verdade. Além disso, Sócrates é tomado como exemplo de *parresista*, pois é o homem que diz a verdade e morre por dizê-la,

por não negá-la. *Pahesia* é o termo usado por Foucault para diferenciar essa forma de dizer a verdade que Sócrates referencia das outras formas de veridicção que se consolidam na história, as quais o autor aponta: profecia, sabedoria e ensino. Assim, a *pahesia* se trata de uma forma de veridicção que não é nem a da profecia nem a da sabedoria nem a da *tékhnē* (ensino). Trata-se de uma forma de veridicção cuja coragem deve ser exercida até a morte.

Para exemplificar o sentido da *parresia*, nessa aula de 22 de fevereiro Foucault debruça-se sobre o texto “Laques” (um diálogo socrático de autoria de Platão), apontando como a verdade e a coragem de dizê-la (encarando inclusive a possibilidade de morte) estabelece então esse ato de veridicção diferente dos demais: o da *parresia*. No “Laques”, Lisímaco e Milésias (homens de família de grande renome na cidade preocupados com a educação de seus filhos), Laques e Nícias (gerais atenienses), protagonizam com Sócrates um diálogo filosófico em torno de definir o que é a coragem e sobre esse diálogo que Foucault tira inspirações para propor a *Pahesia* a coragem de dizer a verdade.

Ao mostrar como a *parresia* se diferencia de outras formas de veridicção, o autor destaca a *parresia* (que acontece no próprio estabelecimento do diálogo) como franqueza corajosa do dizer a verdade. Nesse texto emerge a questão “Que relação ética há entre a coragem e a verdade?” e podemos nele destacar a relação genealógica quando se cruzam a verdade e a coragem de dizê-la. Segundo o autor, não haveria como fugir desse texto (Laques) para a discussão de *parresia* por ser um dos raríssimos textos em toda a filosofia ocidental a colocar a questão da coragem primeiro e, sobretudo, da coragem da verdade.

A partir da leitura do texto “Laques”, elenco abaixo ainda quatro questões que o enredo nos permite pensar sobre a *parresia* e que mais adiante são notados no excerto da fala de Maria no vídeo em análise:

- **As condições criadas para dizer a verdade** - No texto, é possível notar todo o caminho percorrido para se chegar à verdade, os cuidados para não interferir na interpretação; depois, na forma como Sócrates é inserido no debate. Destaca-se todo o esforço para uma “preservação” da interpretação, para não interferir no acesso à verdade. Observa-se, então, o percurso que aponta o cuidado, a verdade e a coragem em torno da verdade.
- **Confissão** - O processo parresiático exige dos homens de poder (Lisimaco e Milésias) a vergonha, o constrangimento, o desconforto de fazer o exame de si / dizer a verdade de si como parte constitutiva do jogo parresiástico. A preocupação em garantir seu objetivo é tamanha que passam por cima da vergonha de confessar a inexpressividade da própria vida, colocando tal preocupação como a grande prioridade de suas vidas naquele momento. Aqui destacamos como a “confissão”/“exame da consciência” são também temas de interesse de Foucault sobre a relação do Sujeito e a Verdade, sobre o que o sujeito é capaz de dizer sobre si mesmo.
- **A coragem no jogo parresiástico** - a coragem não é só o tema do diálogo, mas também é acionada no próprio funcionamento do diálogo, pois as partes envolvidas performam em um diálogo tenso, onde há riscos postos. A coragem é exigida então no próprio ato da interpelação, do questionamento que busca o exame de si (destacada no tópico anterior), como faz Sócrates com os homens do poder.

**A parresia socrática** - A coragem para dizer a verdade nesse diálogo analisado por Foucault inaugura essa forma de veridicção no próprio ato

de coragem de Sócrates para propor um diálogo cujo funcionamento exige extrair confissões de homens da alta cúpula política e militar. Sócrates é chamado para dizer a verdade e, para isso, passa a interrogar o saber de homens de Estado eminentes e no exercício de suas funções: “Sócrates se liga diretamente à cena política, e todo o jogo do diálogo será o de (...) propor um tipo de discurso e de veridicção que não são os discursos da veridicção política, e fazer os políticos entrarem nessa outra coisa” (FOUCAULT, 2011, p.109) que é a coragem de dizer a verdade (o jogo parresiástico).

A interlocução parresiástica estabelece-se então ao submeter esses homens de poder ao jogo socrático de interrogação, estabelecendo-se o jogo da parresia e da ética. A parresia se dá por envolver esses personagens e as implicações de se falar a verdade, tanto por parte de Sócrates, quanto por considerar as autoridades ali na interlocução, que também precisam se reconhecer equivocados, considerando que representam a força da cidade, com direito para matar, inclusive. Trata-se, então, de dizer a verdade numa linha tênue. Logo, a parresia “abre sob a forma do risco o vínculo entre aquele que fala e a quem ele se endereça. Porque, afinal de contas [...] [esse que ouve a verdade] sempre pode não acolher o que lhe é dito” e matar.

Por fim, em todo esse esforço, o interesse de Foucault não é saber o que é coragem, obviamente, mas o próprio estabelecimento desse jogo: “qual é, para esses homens que são verdadeiramente corajosos, a verdade da coragem? (...) É portanto o entrelaçamento do tema da coragem com o tema da verdade - problema da coragem da verdade, posto por homens verdadeiramente corajosos, que têm a coragem de se enfrentar na questão da verdade, e da verdade da coragem” (FOUCAULT, 2011, p. 109).

Para isso o autor destaca a diferença entre duas noções de verdade: a verdade da perspectiva da pureza / purificação do sujeito, verdade alcançada pelo corte do homem com o mundo e seus sentidos para, assim, ver a verdade e dizer

a verdade, vinculando-se a ideia ocidental de eternidade e pureza. E outra forma de conceber a verdade é vê-la na coragem de enfrentar leis/vontades/sacrifícios/combates para alcançar essa verdade. Nesse sentido, em algum momento no texto o autor vai também colocar em paralelo a Verdade como melhor resposta nesse jogo da coragem da verdade; e a vontade de verdade como discurso que direciona o que se quer como verdade.

## **A Amazônia e as vidas em risco**

A análise do planejamento governamental para a Amazônia evidencia a estreita relação que o Estado mantém com o capital, revelando o entrelaçamento entre o poder público e a classe dominante, transformando terras de povos originais e populações tradicionais em propriedade privada. Os aforamentos perpétuos<sup>3</sup> foram uma amostra de como a classe política emprestava seus poderes políticos (de legalizar a dominação) às famílias e empresas que controlavam as atividades econômicas da região. Essa mesma relação é reconstruída por Emmi (1988) quando remonta às atividades econômicas, passando do extrativismo para a mineração industrial (em 1967 descobre-se a província mineral de Carajás), a pecuária, a construção civil e o comércio.

As dinâmicas territoriais na região têm sido condicionadas pelos grandes projetos, contando com o comprometimento dos governos para a implantação desses empreendimentos na região às custas do atropelamento dos biomas e da vida de sujeitos/as desconsiderados/as em suas existências. Em ambos os casos, as ameaças à vida se dão pelos atravessamentos econômicos,

3 “O aforamento é um contrato pelo qual ocorre a transferência do domínio útil e perpétuo de um imóvel por seu proprietário, sob o pagamento de um foro anual, certo e invariável. De acordo com o Art. 678 do Código Civil de 1916, o aforamento é também denominado enfiteuse, ou emprazamento”. Disponível em: <<http://jb.jusbrasil.com.br/definicoes/100002020/aforamento?ref=home>>. Acesso em: 31 de jan. 2014.

ignorando “as condições ecológicas e sociais e sem que a população regional tivesse possibilidade de ver satisfeitas as suas necessidades. O conceito geopolítico da Amazônia como um grande espaço vazio o qual se refletiu no planejamento regional, foi um erro” (KOHLHEPP, 1991, p. 257-258).

Desde o início de sua ocupação acelerada, a Amazônia vem sendo vítima desse modo de governar, aliançada ao modelo de modernização com base em megaprojetos de investimento e nas necessidades da produção do mercado mundial, revestido na retórica de “integração” e “desenvolvimento”, conforme argumenta Castro (2012, p. 47).

O conceito de integração, nessa perspectiva, pressupõe necessariamente ações estatais, numa esfera supranacional. Não são mencionados nem valorizados os processos de integração existentes há séculos nas fronteiras, marcados por populações que ali vivem e têm suas práticas ancoradas em uma dada ordem social e econômica [...] A noção de Eixos Nacionais de Integração constituiu a estratégia maior para estreitar as relações com os países da América do Sul, na grande fronteira política, conformando um bloco econômico com maior poder de fogo, dada a organização em curso de outros nichos de mercado, nos diferentes continentes.

Como o foco dessa discussão é a Amazônia paraense, nossa reflexão pode se resumir em torno dos acontecimentos e de indícios que revelam essa relação de um Estado desenvolvimentista com o mercado, em como esse mercado pressiona as ações do Estado em seu favor e em detrimento dos interesses da diversidade de povos que vivem nessa região e defendem outras formas de se relacionar com os diferentes territórios. Castro (2012, p. 48) salienta que “[essas populações] funcionam com base em outra concepção de tempo e espaço, ancorada no mundo da vida, da cultura, e, portanto, não mediatizadas pelo mercado”, mostrando como as ações do Estado nos territórios de fronteira são totalmente direcionadas para atender as necessidades dos

mercados de *commodities*, contrárias ao modo de vida dos povos amazônidas.

Para esses, o território é um “espaço sobre o qual certo grupo garante aos seus membros direitos estáveis de acesso, de uso e de controle sobre os recursos e sua disponibilidade no tempo” (CASTRO, 2012, p. 105). Estabelecer essa noção de território permite evidenciar a pluralização das concepções de relações com a natureza num jogo discursivo, cujas estratégias fomentam disputas de poder, uma vez que, por outro lado, essa lógica que vem fomentando os conflitos socioterritoriais ao longo das dinâmicas de exploração dos recursos naturais, como a castanha<sup>4</sup>, madeira, minérios e outras atividades da produção de *commodities*, como a pecuária, produção de grãos e energia.

Trazer essas concepções de território serve para lembrar que quando se trata da ocupação da Amazônia, é necessário lembrar o desrespeito com as populações que estavam na região antes dos “desbravadores” ou “pioneiros”, assim como das relações culturais/simbólicas que essas populações mantinham com o território, bem como outros grupos que se estabelecem na região com o intuito de manter uma reprodução social associada à reprodução da natureza.

A instalação dos grandes projetos na Amazônia de forma sistemática na história recente (a partir dos anos 60) reconfigura o território amazônico em moldes de colonialismo interno (Casanova, 2007) por meio de ações político-econômicas resguardadas no chamado “homens sem terra para terras sem homens” do governo militar brasileiro. Vale destacar, ainda, como esse slogan demonstra que o planejador desse novo espaço amazônico conta com o intenso fluxo migratório para a região, ainda que não apresente garantias concretas de qualidade de vida às pessoas de todo o país em condições de vulnerabilidade social que passam a buscar uma nova vida na Amazônia a partir

4 Atividade econômica expressiva na região até os anos 70, sendo Marabá o maior produtor mundial de castanha na época.

desse “chamado”. Considerando que as pessoas classificadas como “pobres” no Brasil são em torno de 70% negras, esse fluxo migratório para a Amazônia é majoritariamente negro, formando então esse “exército de reserva” negro que se dissipam nas agrovilas, no trabalho em grandes projetos econômicos, nos acampamentos de reforma agrária e também na composição das periferias das cidades. Assim, junto ao processo de estabelecimento dos grandes projetos, o território amazônico (especialmente as regiões sul e sudeste do Pará) passa também por uma reconfiguração sociorracial, constituindo-se como espaço de pessoas racializadas, de modo que hoje a composição populacional na Amazônia é 73% de pessoas negras (IBGE, 2022), além das populações indígenas na região.

A disputa por território, desde a colonização do Brasil, é o que sustenta o desenho da violência e desigualdade socioeconômica e racial no país, tanto que foram definidas políticas e leis para impedir a propriedade de terra por pessoas negras e indígenas, bem como o acesso à cidade, restando ao povo negro ocupar as áreas de periféricas do espaço urbano ao longo da história. A distribuição dos corpos racializados e não racializados se evidencia na concentração das terras, bem como na falta dela; na luta pela demarcação dos territórios (indígenas e quilombolas); nos espaços de ocupação urbana com ou sem risco à vida. Ou seja, o valor dos corpos está dado nas condições territoriais em que vivem e nas implicações de risco à vida imanentes a esses espaços.

Na Amazônia, os povos do campo, das águas, das florestas e das periferias da cidade têm cada vez mais problematizado como os debates em torno da natureza precisam olhar para os sujeitos que mais são vulnerabilizados nos processos de degradação ambiental: sujeitos indígenas, quilombolas e população negra do campo e das periferias da cidade. Assim, evidencia-se que a raça é condição para o debate das condições climáticas.

pautas indígenas, quilombolas, negras, de mulheres, do campo, das águas ou da floresta evidenciam preocupações coletivas contra o inimigo comum num projeto de desumanização que alveja todas essas vidas na Amazônia. Situadas nessa conjuntura amazônica de condicionamentos neoliberais, as lutas dos subalternizados se confluem pelas dinâmicas socioterritoriais que refletem a política econômica responsável por acirrar cada vez mais as injustiças sociais na Amazônia para todos. (LISBÔA, 2022, p. 163)

Dessa forma é que pensar os enfrentamentos ambientais na Amazônia, o debate racial se apresenta como incontornável, visto que quem tem colocado suas vidas em risco para defender a natureza são os indígenas, quilombolas, camponeses e defensores das florestas, das águas e outros territórios, que em sua maioria são pessoas negras. Os atravessamentos de gênero destacam ainda a importância e protagonismo das mulheres na defesa dos territórios na Amazônia<sup>5</sup>, aprofundando as problematizações ambientais pelo viés interseccional.

### **Parresia/enunciados de resistência: “os riscos de ousar dizer a verdade”**

Nesse contexto de intensas disputas territoriais, projetos de sociedade que defendem pensar a reprodução social na Amazônia sem uma ameaça à lógica de reprodução da natureza é arriscar a própria vida, vide o número de assassinatos de defensores de direitos humanos e ambientais na Amazônia, especialmente no Pará e Maranhão. Ao longo da história, acumulam-se casos de grande repercussão nacional e internacional sobre assassinato de ambientalistas, como: Chico Mendes, Dorothy Stang, Bruno e Dom e o casal José Claudio Ribeiro e Maria do Espírito Santo. Esses últimos

5 Sobre isso ver: ALVES, Ailce Margarida Negreiros (et al). Mulheres amazônicas ecofeminismo, mineração e economias populares. Brasília: Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC), 2021. Disponível em: <https://inesc.org.br/mulheres-amazonidas-ecofeminismo-mineracao-e-economias-populares/>.

tomarão centralidade nas reflexões as quais o presente trabalho dará destaque, apontando como a coragem de dizer a verdade sobre o desmatamento, apontando os fazendeiros desses atos, culminou no assassinato deles.

No contexto da COP30 (Conferência das Partes), faz-se necessário pensar a violência que recai sobre os corpos que dão a própria vida para defender seus territórios, especialmente considerando que a COP será realizada no estado do Pará, mesmo estado onde residia o casal de agroextrativistas assassinado por pistoleiros à caminho de seu lote no Praia Alta-Piranheira. Destaca-se o Pará como recorte político-geográfico nessa discussão, pois é o estado brasileiro com maior índice de violência no Brasil, com 1.999 ocorrências de conflitos no campo entre 2014 e 2023, segundo relatório da CPT (2023). O relatório aponta que a maior parte dos conflitos, em 2023, ocorreu na região Norte, representando 35% das ocorrências, e na região Nordeste, 32%, com destaque para o Maranhão, que tem o segundo com maior número de registro, com 1.926 ocorrências no mesmo recorte temporal.

Nesse sentido, a noção “corpo-território”, ideia decolonial vinculada às epistemologias do sul, na América Latina, é salutar para compreender a luta dos diferentes povos na defesa dos territórios onde reproduzem a vida, evidenciando que a exploração dos territórios violenta também os corpos que se vinculam historicamente a eles: “é impossível recortar e isolar o corpo individual do corpo coletivo, o corpo humano do território e da paisagem... [a noção corpo-território] desliberaliza a noção do corpo como propriedade individual e específica uma continuidade política, produtiva e epistêmica do corpo” (GAGO, 2020, p. 107).

A realização da COP 30 no Pará levanta um alerta crítico sobre o contraste entre o cenário internacional de debates climáticos e a realidade brutal enfrentada por aqueles que estão na linha de frente na defesa da floresta. A presença da conferência em uma região marcada

pela violência contra ambientalistas (que se diferenciam em diversos territórios: indígenas, quilombolas, camponeses, ribeirinhos, agroextrativistas...) expõe uma contradição profunda: o estado que recebe líderes globais para discutir soluções climáticas é o mesmo onde a violência impera contra aqueles que, em sua prática cotidiana, tentam defender o bioma amazônico. Desta forma, este trabalho não só ilumina as insurgências locais, mas também se soma às inúmeras e diferentes formas de denúncias sobre a vulnerabilidade daqueles que defendem o território e a vida frente à exploração predatória e à negligência estatal.

Utilizaremos como “objeto de análise” desta reflexão o vídeo abaixo<sup>6</sup> que trata do contexto do assassinato do casal e os riscos que assumiram para dizer a verdade sobre uma lógica hegemônica de produção e de exploração do território amazônico. No vídeo, Maria do Espírito Santo relata as frequentes investidas sobre o território que protegia da extração de madeira e os riscos que assumia ao dizer da ilegalidade desses atos e mesmo de denunciar tais ações aos órgãos competentes.

### **Imagem 1: Maria do Espírito Santo reafirma a resistência para proteger a floresta**



Fonte: Instituto Zê Cláudio e Maria (<https://youtu.be/ozVPAbFX5Dk?si=0qkgbfgKdkrvD22O>)

6 O assassinato do casal teve grande repercussão internacional, dada a importância do trabalho que faziam na proteção da floresta. Indicamos aqui um vídeo (<https://www.youtube.com/watch?v=FniTF6xqdyI>) que é a reportagem feita por um veículo de comunicação que circulou no momento do crime e o outro (<https://www.youtube.com/watch?v=Ppshli4yT7A>) é um vídeo publicado no canal da ONU/Brasil.

As ferramentas que Foucault nos fornece para jogar luz no presente, suscita-nos pensar a Amazônia como um espaço onde dizer a verdade custa a vida das pessoas, a verdade que coloca em cheque a ordem de práticas e discursos que funcionam de forma dominante na Amazônia, compreendendo-a como território de exploração em prol de um modelo primário exportador como padrão de acumulação da economia brasileira, pautada na exportação de commodities. Tal compreensão carrega consigo as implicações desse modelo para as dinâmicas de desigualdade e conflito nesse espaço, envolvendo uma rede de sujeitos que se ligam a concepções outras de produção e relações socioeconômicas e que são alvo da expropriação amazônica, como os povos originários, povos quilombolas, ribeirinhos, agroextrativistas, camponeses... E dessa forma é que a região amazônica se constituiu como uma fronteira da violência e desigualdade, fortemente tensionada pelas elites locais.

Na relação mercadológica estabelecida com o bioma amazônico, os enunciados hegemônicos invisibilizam a diversidade de projetos de sociedade, suas línguas, suas culturas, seus saberes sobre as condições socioespaciais região, ameaçados (e a maioria já dizimada ao longo da história) para exploração de castanhais, florestas, águas, garimpos e minérios.

No Brasil inteiro, mas especialmente no Pará, onde mais se assassina pessoas ligadas aos direitos humanos e ambientais, circula uma lista de mercados para morrer, pessoas que denunciam o quão nefastas são essas ações de exploração do território amazônico. Considerando os direitos humanos uma verdade universal, essas pessoas marcadas para morrer são alvo pela coragem de lutar pelo acesso à direitos fundamentais como direito à terra para pequenos produtores rurais e numa lógica de produção que não se alinha à lógica neoliberal do mercado de *commodities*.

Ir contra a lógica de exploração hegemônica na Amazônia é uma questão de vida ou morte e dizer a verdade sobre esses fatos é o que define estar com sua vida em risco. Por outro lado, essa



ameaça não freia o desejo por justiça e os povos do campo, das águas e das florestas continuam colocando seus corpos diante do poder para marcar um limite e denunciar as ações ilícitas que se praticam no território amazônico.

Abaixo extraímos um trecho da fala de Maria do Espírito Santo, pontuando sua coragem de dizer a verdade mesmo sabendo dos riscos que isso implicava.

*... agora, colocar sua face frente a qualquer lugar, não faz, porque tem o receio de alguém que pode matar. Madeireiro já me procurou aqui, mês de agosto, assim que cheguei da universidade, chegou o madeireiro, aqui, me procurando que ele ia comprar uma madeira, que o vizinho aqui tinha vendido madeira, e ele não iria levar madeira se eu não autorizasse.*

*Falei “primeiro, o senhor chegou no lugar errado. Quem autoriza é o Ibama. O Ibama só autoriza se tiver legal. Tem plano de manejo? não tem. Então!”. Até ironizei que ele falou que era madeira branca. Ai eu falei assim “agora piorou a situação pra vocês porque tem que comprar tinta para pintar madeira. Porque agora a madeira agora tudo é branca. Você sabe qual é minha posição? Minha posição é essa e eu não vou, não adianta. se você passar com madeira ai eu vou fotografar seu caminhão”. Não, mas é madeira branca. Ah, é uma arvorezinha! é uma madeirinha!... tudo é pequenininho. Mas o rombo na floresta fica imenso. É irreparável.*

*Madeireiro já veio aqui também oferecer propina e quando eles vêm oferecer propina a gente fica com um pouco de receio, porque eles podem tá vindo, aqui, oferece a propina, sabe que a gente não vai receber propina e adiante eles podem pegar a gente.*

*Tem pessoas que dizem que não vale a pena, ficar assim lutando, denunciando madeireiro, denunciando todo mundo, fotografando caminhão madeireiro, forno de carvão, todas as práticas de ilegalidade que a gente pode pontuar hoje dentro do assentamento. Pra mim vale a pena, pra mim e pro meu companheiro vale*

*a pena sim. E pra todos os demais que acredita que é importante.*

*Pra mim, a maior fraqueza do ser humano é omissão. Porque se eu não denunciar, mesmo que eu não conseguindo ver aquilo que eu penso, que é denunciar e efetivação da fiscalização, eles efetivar a fiscalização de fato, como é de fato por lei, mesmo eu não conseguindo,... porque ai já não detém... mas o que é de minha condição, possibilidade, a gente faz. Mesmo não vendo nada disso acontecer, a gente não fica de braço cruzado.*

Maria foi assassinada no dia 24 de maio de 2011 junto com seu marido José Claudio e o crime teve grande repercussão internacional, sendo homenageados pela Organização das Nações Unidas (ONU) como “heróis da floresta”, lembrados como referências na luta ambiental por diversas outras organizações, inclusive produções cinematográficas. Os dois pistoleiros e o pecuarista mandante (hoje foragido) do crime foram condenados pela justiça. Ainda quando aluna de graduação pelo Pronera no Campus de Marabá da Universidade Federal do Pará (UFPA), Maria chegou a me procurar para publicar no jornal onde eu trabalhava como jornalista a denúncia das ameaças que sofriam e o material foi publicado em página dupla no Diário do Pará. Jornais, Delegacia de Conflitos Agrários, Incra, Ibama e até o Ministério do Meio Ambiente foram algumas das instituições onde José Claudio e Maria fizeram denúncia dos crimes ambientais ocorridos no Praia Alta-Piranheira e pediram socorro quanto às ameaças direcionadas às suas vidas.

O relato da ambientalista, com toda sua coragem para denunciar, apresenta também sua consciência de que dizer a verdade implicava o risco de morte e que arcava com tal consequência para que a fiscalização se efetivasse no território para proteger a floresta. A ideia da “coragem da verdade” e suas implicações genealógicas é uma forma de reforçar a importância da vida de pessoas como Maria e José Claudio e

de visibilizar as discursividades nas quais se alinham não só o casal de ambientalistas, mas também Chico Mendes, Dorothy, Dom, Bruno e uma série de outros sujeitos que dedicaram suas existências para confrontar o poder e seus projetos contrários à vida na Amazônia.

No trecho acima destacado do vídeo, Maria conta como o diálogo parresiástico era regularmente estabelecido com os homens que ambicionavam as árvores do seu território: “Madeireiro já me procurou aqui, mês de agosto, assim que cheguei da universidade, chegou o madeireiro, aqui, me procurando que ele ia comprar uma madeira”. Nesse momento, Maria aponta que interpela o homem (que nesse diálogo parresiástico representa o poder e quem pode definir sua morte), levando-o aos procedimentos de confissão da ilegalidade de suas ações: “Quem autoriza é o Ibama. O Ibama só autoriza se tiver legal. Tem plano de manejo? não tem. Então!”. Nesse processo de apontar a ilegalidade, denunciar e dizer, posicionar-se firmemente contra a ação dos madeireiros, evidencia-se a coragem da verdade de Maria e seu esposo, especialmente quando ela assume a consciência do risco de morte por dizer a verdade. O homem que aparece de forma anônima no relato de Maria representa todo um conjunto de sujeitos na região que operam para enriquecimento a partir do desmatamento e que vêem em Maria e José Claudio uma ameaça ao projeto econômico e político no qual se vinculam.

A coragem da verdade, como vimos nas seções anteriores, não se trata apenas de enunciar a verdade simplesmente, mas da relação da coragem com a verdade, onde se estabelece a coragem de se enfrentar na questão da verdade. A partir dessas lentes, evidencia-se como Maria e José Claudio carregam em si a coragem da verdade, efetivando-se na prática do próprio sentido do que é a denúncia contra poderosos. Essa coragem da verdade se materializa nos excertos: 1) *Minha posição é essa e eu não vou, não adianta*; 2) *se você passar com*

*madeira aí eu vou fotografar seu caminhão*; 3) *lutando, denunciando madeireiro, denunciando todo mundo, fotografando caminhão madeireiro, forno de carvão, todas as práticas de ilegalidade*; 4) *se eu não denunciar*; 5) *a gente não fica de braço cruzado*.

Ao dizer aos homens do poder que não apenas não permitiria a extração ilegal da madeira como também denunciaria e, ainda, não aceitaria a propina, Maria expõe sua consciência de que esgotou todas as possibilidades de interlocução com esses sujeitos que não fosse o diálogo parresiástico. O que conta, primeiro, com a confissão desconcertante dos poderosos quando oferecem a propina e assumem nessa ação suas intenções ilegais para com a floresta e; segundo, com o risco de morte assumido por Maria e José Claudio ao interpelar os madeireiros e negarem ceder às investidas deles como expressam o enfeixe de excertos: 1) *colocar sua face*; 2) *receio de alguém que pode matar*; 3) *eles podem pegar a gente*; 4) *mesmo eu não conseguindo*; 5) *Mesmo não vendo nada disso acontecer*. Assim, o enunciado de Maria carrega o sentido inegociável de vida e de morte imposto pelo poder, pois aponta que o dito pode tanto mantê-los vivos, se eles se calassem frente às mazelas produzidas na natureza pelo poder, quanto resultar em suas execuções, em caso de resistirem aos interesses desse poder local, alinhado e necessário à lógica liberalizante global de produção.

As discursividades nas quais se alinha o enunciado de Maria, apresentado acima, materializam-se nas suas afirmações em torno da proteção da floresta e no modo de vida em moldes que não degradam a natureza. Maria e seu companheiro, José Claudio, são referências internacionais na luta pela floresta e defendiam as práticas agroextrativistas para produzir sem desmatar e ainda hoje seus projetos seguem firmes por meio do Instituto Zé Claudio e Maria, que tem por objetivos gerais manter vivo o sonho de uso sustentável da floresta, de mobilização popular e de educação ecológica e inclusiva. “A luta hoje segue viva com as corajosas mulheres

das famílias, com as romarias anuais que organizam no PAE em memória dos mártires da Amazônia, com o Instituto Zé Cláudio e Maria, a CPT, o CNS e os movimentos sociais que seguem atuantes no Pará” (MILANEZ, 2023, p. 20).

## Considerações finais

Este texto capturou a ideia foucaultiana “coragem da verdade” como forma de se somar ao conjunto de trabalhos que buscam lançar luz sobre as insurgências que emergem em defesa da natureza, especialmente na Amazônia, diante dos grandes projetos que ameaçam seu bioma. A partir de uma análise genealógica, na perspectiva foucaultiana, destacamos como essas resistências revelam complexas relações de poder e violência no cenário local, como no caso de José Claudio e Maria do Espírito Santo, e também como esse contexto está diretamente vinculado ao neoliberalismo que necessita dessas fronteiras do mercado global como sistema frontalmente questionado nos debates sobre as urgências climáticas, como será discutido na COP30.

A Amazônia, em especial o estado do Pará, desponta como um espaço simbólico de conflito, onde a luta pela conservação do território e a resistência às práticas predatórias estão diretamente relacionadas à coragem de confrontar o poder hegemônico. Nesse sentido é que as reflexões aqui apontadas buscam visibilizar a relevância de se compreender criticamente as relações de poder e os modos de resistência em tempos de crise ambiental global, de forma que pensar estratégias em torno das urgências climáticas requer, fundamentalmente, confrontar a violência enfrentada pelos defensores das florestas, das águas, do campo e outros territórios, especialmente no Pará, estado que sediará a COP 30 no próximo ano e, paradoxalmente, é marcado por intensos conflitos agrários, com o maior índice de violência no campo, onde centenas de defensores da natureza têm suas vidas ameaçadas ou

interrompidas por lutarem contra projetos predatórios.

O assassinato do casal agroextrativista José Claudio e Maria do Espírito Santo é um exemplo trágico e emblemático dessa realidade. Neste trabalho, jogar luz sobre a coragem do casal para confrontar uma “verdade” hegemônica de exploração da natureza, é também uma forma de visibilizar simbolicamente todos/as/es que já tombaram pelo mesmo objetivo de defender projetos “outros” de se relacionar com o território na Amazônia e por terem a coragem de produzir outras possibilidades de verdade.

## Referências

### CONFLITOS NO CAMPO BRASIL 2023.

Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. Goiânia: CPT Nacional, 2024. 214 p. Disponível em: <chrome-extension://efaid-nbmnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.cptnacional.org.br/downloads?task=download.send&id=14308:conflitos-no-campo-brasil-2023&catid=41>. Acesso em: 30 Set 2024.

CASANOVA, González Pablo. Colonialismo interno (uma redefinição) In: **A teoria marxista hoje**. Problemas e perspectivas. CLACSO: Buenos Aires, 2007. Disponível em: [http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/formacion-virtual/20100715084802/cap19.p df](http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/formacion-virtual/20100715084802/cap19.pdf). Acesso em: 10 dez. 2023.

CASTRO, Edna. (Jan./Abr. de 2012). **Expansão da fronteira, megaprojetos de infraestrutura e integração sul-americana**. *Caderno CRH*, p. 45-61.

EMMI, Marília Ferreira. **A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais**. 196 p. 1998. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas/Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, UFPA, Belém, 1988.

KOHLHEPP, Gerd. Impactos regionais de “Grandes Projetos” e as possibilidades de reor-

ganização do espaço na periferia amazônica. In: ARAGÓN, Luis E. (Org.) **A desordem ecológica na Amazônia**. Belém: Editora Universitária UFPA. UNAMAZ/UFPA, 1991.

FOUCAULT, Michel. **A coragem da verdade: o governo de si e dos outros II**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010

GAGO, Verónica. **A potência feminista ou o desejo de transformar tudo**. São Paulo: Elefante, 2020.

**IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: renda domiciliar per capita 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 30 set. 2023.

**INSTITUTO ZÉ CLAUDIO E MARIA**. Maria & Zé Claudio [Trailer 2]. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ozVPAbFX5Dk>. Acesso em: 30 Set. 2024.

LISBÔA, Flávia Marinho. Decolonialidade e interseccionalidade na Amazônia: a luta contra um padrão neoliberal que aniquila possibilidades de existência. In: SOUSA, Girlian Silva de [et al.]. **Vozes afroamazônidas: entre rios, terras e afetos**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2022. 192p.

MILANEZ, Felipe. Ousadia e luta: o pensamento de defensores da floresta na Amazônia. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. **Ciências Humanas**, v. 18, p. e20220037, 2023. Disponível: <https://doi.org/10.1590/2178-2547-BGOELDI-2022-0037>

Submissão: setembro de 2024

Aceite: novembro de 2024.